



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 5

**“MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE,
CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA”**

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

MR5.1.- Mudanças Globais, Mudanças Climáticas e impactos socioambientais

EMENTA O modelo de desenvolvimento econômico e as formas de apropriação da natureza estão na gênese das crises socioambientais contemporâneas e, portanto, das mudanças climáticas globais (MC). Mesmo eivada de fortes controvérsias, donde alta complexidade, as MC podem levar a humanidade a conviver com impactos em diferentes escalas e profundidades sobre a biosfera, os biomas, os diversos ecossistemas terrestres e as próprias sociedades humanas. Contudo, ainda que considerados os importantes avanços das ciências da atmosfera sobre o tema, pairam ainda importantes e desconcertantes questões sobre o futuro do clima e, portanto, sobre o futuro das sociedades.

Coordenador: Francisco Mendonça – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Hugo Romero: Universidad de Chile - (CHILE)

Paulo Artaxo: Instituto de Física da Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)

Luiz Carlos Molion: Meteorologista e professor da Universidade Federal de Alagoas - (UFAL - BRASIL)

German Palácio: Universidad Nacional de Colômbia - (UNC - COLÔMBIA)

RESUMOS APROVADOS

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS USINAS NUCLEARES NO CASO DE ACIDENTES NUCLEARES CAUSADOS POR CATÁSTROFES NATURAIS (autor(es/as): **Ana Carolina Rosseto Rossetti**)

AQUECIMENTO GLOBAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DO RISCO: MITO OU REALIDADE? (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS PARTICIPATIVOS: CONTRIBUIÇÕES NA PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS NA MICROBACIA DO RIO SAGRADO, MORRETES (PR). (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.2.- Cidades: qualidade, condições e situações de vida

EMENTA

O conceito de Meio Ambiente e qualidade de vida pressupõe um lugar ou um espaço humanizado, não hostil, onde se possa pensar uma concepção humanista subjacente à construção da subjetividade que seja capaz de nos conduzir a uma sociedade mais amorosa, mais solidária e mais humana. A partir desse paradigma, o conceito de espaço social se reveste de grande importância pois é o locus onde se produz a vida em todas as suas dimensões e a qualidade de vida se coloca nessa perspectiva. Partindo da premissa de que todo o ser humano tem direito aos bens materiais e imateriais, a qualidade de vida coloca-se como uma referência no estabelecimento de estratégias para o entendimento e planejamento dos ambientes onde vivem os seres humanos.

Coordenadores: Geraldo Milioli e Teresinha Maria Gonçalves – Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - (UNESC – BRASIL)

Milena Rincon Castellanos: Pontificia Universidad Javeriana – (PUJ - COLÔMBIA)

Izles Regina de Oliveira: Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC – BRASIL)

Flávio Gomes Ferreira: Universidade federal de Santa Catarina - (UFSC – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

Os problemas socioambientais de uma cidade amazônica (autor(es/as): **Adriana Ramos dos Santos**)

Turismo nos espaços urbanos: implicações nas dimensões sociais do lazer e da cultura. (autor(es/as): **Aline Dornelles Madrid**)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA CATARINENSE: O CASO DO BAIRRO FORQUILHA, TREVISO – SC (autor(es/as): **Amanda Bellettini Munari**)

OS CATADORES DE MATÉRIAS RECICLÁVEIS: ENTRE A PANACEIA DO DISCURSO ECOLÓGICO E A SIMPLES SOBREVIVÊNCIA (autor(es/as): **ERICA PELLUCCI BARRETO MAROTTA**)

DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE E DIREITO DAS CIDADES: uma interrelação necessária para o desenvolvimento de uma urbanização sustentável (autor(es/as): **Fátima Fagundes Barasuol Hammarstron**)

CONCENTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO BORO EM ESPÉCIES FLORESTAIS DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E SUA INFLUÊNCIA NO AMBIENTE LOCAL (autoes(es/as): **GIOVANNO RADEL DE VARGAS**)

EDUCAÇÃO ECOLÓGICA CONTRIBUINDO NO DESENVOLVIMENTO DE CIDADES MAIS SEGURAS (autor(es/as): **Joamara Mota Borges**)

AValiação DO TEOR DE FERRO NAS FOLHAS DE CINCO ESPÉCIES FLO-RESTAIS, COMO INDICADOR DA QUALIDADE DO AR (autor(es/as): **Jonas Eduardo Bianchin**)

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS “MARGENS” DA CIDADE DE CURITIBA: ANÁLISE DOS CASOS “ITAQUI”, “ILHA” E “GRACIOSA” (autor(es/as): **Kenneth Dias dos Santos, Leandro Franklin Gorsdorf**)

INDICADORES SOCIOCULTURAIS E SUSTENTABILIDADE: SITUAÇÕES DE VIDA E SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL/BRASIL (autor(es/as): **Valdir Jose Morigi**)

PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL DAS PEQUENAS CIDADES, UM ESTUDO DE CASO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC (autor(es/as): **Vanessa Maria Ludka**)

RECURSOS HÍDRICOS E O URBANO. RELAÇÃO PROBLEMÁTICA E SOLUÇÕES PROPOSTAS (autor(es/as): **Yasmin Viana Ribeiro de Almeida**)

ÁGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: REFLEXÃO ACERCA DA NECESSIDADE DE REGULAÇÃO E GESTÃO TRANSNACIONAL (autor(es/as): **FERNANDA SERRER SCHERER e MARCOS PAULO SCHERER**)

MR5.3.- Educação socioambiental: natureza, cultura e teorias sociais

EMENTA

Filosofia da Natureza. Diversidade cultural Possibilidades e desafios de uma Educação Socioambiental. Diálogo das Ciências Sociais com a Educação Socioambiental. Cultura e Práticas socioeducativas ambientais.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

Coordenadora: Maria do Rosário Knechtel – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Ana Teresa dos Reis: Universidade de Brasília - (UNB – BRASIL)
Christian Henrique Zuñiga: Universidad Austral de Chile – (UAC - CHILE)
José Edmilson de Souza Lima: Faculdades Associadas de Ensino (FAE – BRASIL)
Antonio Guerra: Universidade Vale do Itajaí - (UNIVALI – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ENFOQUE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM UMA COMUNIDADE RURAL (autor(es/as): ANA KARLA PAZDA)
HISTÓRIA AMBIENTAL-OLHARES SOBRE AMÉRICA LATINA (autor(es/as): Carlos Odilon da Costa)
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O EGRESSO EM ENGENHARIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE SUA CONTRIBUIÇÃO NO ÂMBITO DA REGIÃO SUL CARBONÍFERA CATARINENSE (autor(es/as): Gláucia Cardoso de Souza)
APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES EM PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR. (autor(es/as): Jefferson de Queiroz Crispim)
IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS ECOLÓGICAMENTE ADEQUADAS NA CASA FAMILIAR RURAL DE IRETAMA – PR (autor(es/as): Jose Antonio da Rocha)
RELAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO (autor(es/as): Luiz Arthur Conceição e Girolamo Filippo Variola)
METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE RACIONALIDADE PAUTADA NA ÉTICA AMBIENTAL (autor(es/as): Rosana Cristina Biral Leme)
ANÁLISE DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO E GESTÃO DOS RESÍDUOS DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ-PR (autor(es/as): SILVANA DE JESUS GALDINO)
O USO DE TECNOLOGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL (autor(es/as): Valkiria Trindade de Almeida Santos)

5.4. Conhecimento Local e Meio Ambiente: Abordagens Participativas e pluralistas da diversidade Socioespacial

A abordagem complexa dos saberes locais, isto é, das compreensões e práticas distintas sobre o mundo natural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2010), emerge do contexto de crise paradigmática da ciência moderna e da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Incluímos nessa categoria o patrimônio material e imaterial de coletividades que, desde seus territórios, buscam resistir e reafirmar suas identidades frente à modernização e racionalização de suas realidades. Parte-se, portanto, da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Nesse contexto dialógico, questiona-se “até que ponto é possível chegar a reconstruir cientificamente um sistema de pensamento ou de classificação da natureza de indivíduos pertencentes a sociedades culturais diferentes?” (VIERTLER, 2002: 21); trata-se, talvez, de um método interpretativo do discurso e das práticas sociais, tal como são os saberes científicos e não científicos (FLORIANI, 2010). Fala-se, então, na necessidade de um método para abordar a ciência do “OUTRO”, isto é, de uma ciência possuída por uma cultura específica, ou melhor, de etnociência baseada em uma densa descrição da ciência do outro, construída a partir do referencial da academia (CAMPOS, 2002); Assim sendo, a abordagem complexa deve possibilitar a interpretação acadêmica do saberes locais sobre o mundo natural apoiando-se em na união de métodos e técnicas oriundos de outros ramos científicos (da psicologia, da antropologia, da sociologia, da linguística, da ecologia, da geografia, etc.) de forma a permitir a interpretação das narrativas (da ciência e dos saberes locais) acerca dos fenômenos espacial (o território da comunidade) e temporal (o tempo social e biológico) que configuram a sociogeobiodiversidade latino-americana.

RESUMOS APROVADOS

A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL BOM JESUS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL-PR (autor(es/as): ALCIMAR PAULO FREISLEBEN)
ESTUDO DO PATRIMÔNIO COGNITIVO AGRÍCOLA E ECOLÓGICO NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL, PARANÁ: ABORDAGENS ETNOCIENTÍFICA E GEOGRÁFICA (autor(es/as): Andrea Aparecida Inacio da Silva)
TERRITÓRIO, TRABALHO, MEIO AMBIENTE E A GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JOÃO SURÁ (autor(es/as): ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY)
CÓDIGO FLORESTAL AMBIENTAL FEDERAL E ESTADUAL: UM ESTUDO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS ADEQUADOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE IRINEÓPOLIS-SC (autor(es/as): CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA)
PRÁTICAS, TÉCNICAS E GEOSÍMBOLOS DA CULTURA DA PESCAAMADORA NA PAISAGEM FLUVIAL DO PITANGUI-JOTUVA - REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS, PARANÁ (autor(es/as): Carlos Roberto Scheibel)
PROGRAMA DE EXTENSÃO FORTALECIMENTO DOS MODOS DE VIDA DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS DE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS (autor(es/as): Cristiane Mansur de Moraes Souza)
ABORDAGEM ETNOPEDELOLÓGICA ACERCA DOS SOLOS DO SUBSISTEMA 'TERRA DE PLANTAR' NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL – PR (autor(es/as): Juliano Strachulski)
Las transformaciones socio-espaciales de la integración suramericana en territorios amazónicos de frontera: formas de producción de exclusión, dominación y pobreza (autor(es/as): Milson Betancourt)
Controvérsias socio-ambientais na criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí. (autor(es/as): Sandy Rafaela Krambeck)

5.5. A questão ambiental na América Latina: Produção discursiva e conhecimento científico

Nas últimas décadas, as instituições acadêmicas, atores governamentais e não governamentais latino-americanos tem incrementado sua produção de conhecimento sobre os mais diversos aspectos atinentes ao debate das questões ambientais da América Latina. O debate sobre o conteúdo desta produção científica e discursiva vem interessando alguns dos pesquisadores e analistas sobre algumas dessas questões, tais como biodiversidade, energia, produção de alimentos, usos dos recursos naturais, conflitos socio-ambientais, políticas públicas, educação ambiental, governabilidade e gestão ambiental, práticas sustentáveis, legislação ambiental, gestão dos territórios, agroecologia, produção familiar e agricultura sustentável, políticas industriais e sustentabilidade, planejamento urbano e conflitos ambientais, etc. Fazer um balanço dessa produção de conhecimento, bem como os usos sociais e as diferentes concepções que emergem daquela produção é um dos principais objetivos desta mesa redonda.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: estratégia para auxiliar a reduzir os impactos ambientais decorrentes dos diversos tipos de poluição (autor(es/as): **Ana Cristina Schirlo**)

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO NO CINEMA (autor(es/as): **Clarissa Corrêa Henning**)

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE QUANTITATIVA NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ECONOMIA NO BRASIL (autor(es/as): **Francisco Salau Brasil**)

PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO: INSTRUMENTO PARA ENTENDER A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL (autor(es/as): **Nilva Giane Trajano Gonçalves**)

O MERCOSUL E UNASUL: UM OLHAR SOBRE A AGENDA AMBIENTAL LATINO-AMERICANA (autor(es/as): **Sigrid de Mendonça Andersen**)
TECNOLOGIAS AMBIENTAIS, SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. (autor(es/as): **Thierry Molnar Prates**)

Socioambiental: O Discurso presente na política e no mercado (autor(es/as): **Gabriel Ferreira carvalho**)

POLÍTICAS DE TURISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.6. – Ruralidades, Meio Ambiente e Novos Atores

As dinâmicas dos processos sociais vinculadas à problemática socioambiental, no que se refere à constituição de um novo campo de abordagem sobre a agricultura, tem sido interpretadas à luz de teorias e métodos interdisciplinares. Assim, as novas ruralidades permitem interpretar novos espaços de confluência entre atores que constroem suas estratégias de ação, levando em conta uma outra ressignificação da natureza, da cultura e das práticas materiais.

Coordenador: Osvaldo Heller da Silva – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Álfo Brandenburg: Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Horacio Machado Araújo: Unión de Asambleas Ciudadanas (UAC - ARGENTINA)

Arlson Favareto: Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC – (CECS/UFABC - BRASIL)

Juan Sánchez: Universidad de Lagos - (UNILAG – CHILE)

RESUMOS APROVADOS

RISCOS E VULNERABILIDADES EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DA PARAÍBA (autor(es/as): **Alan Ripoll Alves**)

DA MATA NATURAL AO EUCALIPTO: ARACRUZ CELULOSE/FIBRIA (autor(es/as): **BRENA DE CASTRO COSTA**)

CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGRONECOLOGIA E SUA INTERFACE COM GÊNERO E EDUCAÇÃO (autor(es/as): **Tereza Lopes Miranda**)

O DIREITO DE TER DIREITOS: PRÁTICAS DE CIDADANIA EM COMUNIDADES RURAIS DE RONDÔNIA (autor(es/as): **ELISANGELA FERREIRA MENEZES**)

CAMPONESES E RELIGIOSIDADE: A TERRITORIALIDADE DOS GRUPOS DE EVANGELIZAÇÃO NA COMUNIDADE DO CRAVO (autor(es/as): **RAFAEL BENEVIDES DE SOUSA**)



**PRÁTICAS, TÉCNICAS E GEOSSÍMBOLOS DA CULTURA DA PESCA AMADORA NA
PAISAGEM FLUVIAL DO PITANGUI-JOTUVA - REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS,
PARANÁ**

Carlos Roberto Scheibel¹

Nicolas Floriani²

RESUMO: O presente artigo é parte do estudo desenvolvido na elaboração da temática de pesquisa da Dissertação de Mestrado em Gestão do Território da UEPG, com o título: “Percepção ambiental dos pescadores e usuários do Rio Pitangui e Reservatório de Alagados”. Neste relato procurou-se descrever os locais de pesca, os artefatos e técnicas de pesca observadas na barranca do rio nas subbacias Pitangui e Jotuva, em seu alto curso. Com destaque para a análise dos acampamentos e dos pontos de pesca de residentes e trabalhadores em fazendas, os quais apresentam características particulares se comparadas ao restante da bacia do Pitangui. Além da descrição dos pontos de pesca, dos acampamentos e dos materiais observados, esses locais foram referenciados com uso de aparelho GPS Garmim Etrex Legend H.

PALAVRAS CHAVE: Pesca, lazer, geossímbolos, práticas, acampamentos.

INTRODUÇÃO

No atual cenário de degradação e descaracterização das paisagens fluviais se faz necessário um estudo mais aprofundado das causas e possíveis consequências do processo antrópico como forma de conservar e utilizar os ecossistemas fluviais, levando para tanto à necessidade de compreensão da dinâmica da ação humana na configuração das paisagens ribeirinhas.

A relação usuários e pescadores nas paisagens ribeirinhas – a barranca do rio, particularmente - foi até agora pouco abordada/estudada. Não existem trabalhos mais detalhados sobre essa relação entre o pescador amador e rio pelo viés da nova geografia cultural centrada nos estudos da paisagem enquanto espaço vivido, permitindo colocar no centro do estudo a relação homem-natureza. Por outro lado, no estudo da relação sociedade-natureza, especificamente paisagem fluvial e grupos sociais, a dimensão natural também se faz importante. Saber quais são as particularidades do ecossistema natural que influenciam as formas de uso e apropriação desse ambiente por determinado grupo. Nesse sentido, estudar a prática da pesca envolve o estudo das

¹. Aluno do Mestrado em Gestão do Território - UEPG

². Professor Doutor do mestrado em Gestão do Território – UEPG.



dimensões culturais (as prática e os saberes compartilhados e reproduzidos por determinado grupo), mas também o estudo da paisagem enquanto ecossistema e seus componentes.

A partir dessa premissa, quando da elaboração do projeto de Dissertação do Mestrado em Gestão do Território, a temática de pesquisa e os objetivos foram embasados em entender quais são as matrizes (cognitivas individuais e coletivas), as marcas (símbolos) na paisagem fluvial do Rio Pitangui e na Represa de Alagados, e como estas se configuram na espacialização das práticas da pesca no referido ambiente fluvial. Também, como e de que forma se organizam as relações de sociabilidade entre pescadores e usuários da paisagem, incluindo as trocas de conhecimentos sobre a pesca e sobre o espaço apropriado por este grupo de pescadores às barrancas do Pitangui – Reservatório de Alagados.

A prática da pesca e as inquietações do pesquisador sobre “quem é” esse pescador que frequenta o rio Pitangui e o Reservatório de Alagados, quais suas práticas e como esse grupo interage com a paisagem ribeirinha³ são questões que guiam essa pesquisa. Nesse sentido, constrói-se a seguinte pergunta de partida: considerando a pesca amadora como prática social de lazer, quais são as práticas e os conhecimentos dos pescadores residentes na área rural e em fazendas, nas subbacias do Rio Pitangui e Rio Jotuba? A partir dessa problemática, quando da elaboração do projeto de Dissertação do Mestrado em Gestão do Território, as preocupações e os objetivos foram formulados com o intuito de entender quais são as marcas/signos ou símbolos inseridos na paisagem fluvial do Rio Pitangui e no Rio Jotuba, e como esses “geossímbolos” se configuram na espacialização da pesca no referido ambiente fluvial. Também como de que forma se organizam as relações de sociabilidade entre pescadores e usuários dessa paisagem quando estes se relacionam entre si e com o espaço geográfico, neste caso as barrancas do Pitangui/Jotuba. E esta é a leitura que se propõe para o estudo das relações entre os pescadores e usuários do Rio Pitangui – Rio Jotuba (RP-RJ).

A metodologia utilizada neste trabalho de pesquisa foi de cunho investigativo/descritivo a partir da coleta de informações *in loco*, de registro fotográfico, localização dos pontos de pesca e dos acampamentos com aparelho GPS Garmim Etrex Legend H, de diálogos informais com pescadores e moradores das fazendas no alto curso desses dois rios, áreas rurais dos municípios de Carambeí e Castro. Os registros fotográficos foram realizados no período de janeiro de 2011 a janeiro de 2012 utilizando-

³ Não será abordado o grau de alteração das paisagens nesse trabalho de pesquisa.



se com uma câmera fotográfica, marca FOCCUS, de 12 megapixels e zoom de 8X e de uma câmera de celular marca Motorola com três megapixels. As imagens foram digitalizadas e postadas no trabalho acompanhado da localização de cada ponto de pesca com uso de um GPS.

Procurou-se descrever e localizar os pontos de pesca, os artefatos e técnicas de pesca e a caracterização dos locais de pesca e organização dos acampamentos e as trilhas que ligam os pontos de pesca.

A PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA PAISAGEM RIBEIRINHA: MATRIZES COGNITIVAS CONFIGURADAS NA PRÁTICA DA PESCA

A discussão sobre a construção do lugar e da identidade com o lugar a partir das relações sociais é bastante ampla, sendo abordada em diversos autores como Santos (1997); Bauman (2002); Agier (1998) entre outros. Para estes, o lugar é construído a partir das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos e das experiências cotidianas e espaços vividos, sendo repletos de subjetividades expressas em códigos, rituais, símbolos. Configuram-se, assim os espaços identitários, os lugares do sagrado (natureza) e do profano (homem); espaços derivados das tensões e conflitos sociais, os não lugares, espaços do medo e violência e as representações coletivas destes.

A análise de como o ser se relaciona com o lugar habitado é descrita, pela primeira vez, por Bachelard em sua obra *Poética do Espaço*, de 1957, no qual discute as repercussões do simbolismo dos lugares no inconsciente humano imaginado; noção similar é utilizada também por TUAN (1980), em obra homônima, como sendo “a atração que o ser humano sente por características do meio, no que esse autor denominou de topofilia, com o significado de ‘espaço de nossa felicidade’”. (TUAN, 1980, p.107).

Os traços que demonstram a topofilia constroem-se a partir da história de interação com o lugar. Na caracterização dos pontos de pesca o espaço vai sendo configurado através da criação e reorganização desse espaço de pesca. São criações materiais – os geossímbolos – que fazem parte da relação do pescador com a barranca do rio. Partindo-se da idéia de que a percepção e a representação permitem mostrar os lugares valorizados, ao passo que a representação permite evidenciar os valores (tradicionais, estéticos, afetivos, religiosos...), e se estes estão inseridos nas práticas dos sujeitos que frequentam o espaço de análise, transpomos essa assertiva para a barranca do rio Pitanguí e Rio Jotuba, buscando analisar quais locais são mais frequentados/valorizados pelos pescadores que pescam por lazer e quais valores são



criados/percebidos por esses sujeitos da barranca do rio, nesse caso, pescadores amadores.

Algumas questões pertinentes à topofilia referem-se em como o lugar é percebido por todos com a mesma significação ou/e se os símbolos visualizados no lugar possuem os mesmos atributos a todos os usuários? Como se dá a significação e a representação social dos elementos da barranca do rio Pitangui e do Reservatório de Alagados?

Em “Olhar periférico”, Ferrara (1990), destaca que as representações sociais são:

[...] os sinais, as marcas que os processos de transformação social deixam no espaço e no tempo contando uma história não-verbal que se nutre de imagens, máscaras, fetiches concretizados em usos, hábitos, valores, expectativas, que por sua vez, se fetichizam em materiais... e objetos que povoam o cotidiano. (FERRARA, 1990, p. 106).

Isso pode ser observado na obra Topofilia de Tuan (1980), onde a comparação das diferentes percepções em relação a cada ambiente, seja ele um descampado, uma floresta, uma área polar, etc., cria em seus usuários uma percepção diferenciada em relação a outros locais ou paisagens com características físicas diferentes. Além disso, destacam-se o fato de a percepção ser um fenômeno intrinsecamente associado (e mesmo condicionado) pelas especificidades socioculturais, etárias, gênero, profissionais e psicológicas de cada grupo social.

Também que a análise da percepção dos usuários da barranca do Pitangui sugere a possibilidade de que a percepção em cada segmento do rio é diferenciada. Tendo em vista que o rio apresenta diferentes paisagens, onde, nas áreas do primeiro planalto, onde o rio atravessa planície aluvial, com uma vegetação mais densa e ainda bem preservada, com um leito mais raso⁴.

Como os pescadores da área em questão se apropriam da barranca do rio com algumas particularidades, que nem sempre são similares a outros trechos na bacia em estudo, cremos que a sua representação do ato de pescar dá uma configuração singular à barranca do rio. A montagem dos acampamentos, os materiais utilizados nesses locais para a pesca são simples e rudimentares. O ato de pescar e de “passar o tempo” nos acampamentos demanda a necessidade da prática de lazer que esses trabalhadores possuem. Os acampamentos, mais que locais de pesca, tornam-se lugares da sociabilidade e introspecção, o descanso do trabalho diário nas chácaras e fazendas.

⁴ Observou-se ao longo de todo o curso superior do Pitangui/Jotuva um processo intenso de assoreamento.



Geralmente a pesca e a permanência nos acampamentos são feitas após o término das atividades nas fazendas, nos dias de folga, finais de semanas e nos feriados. Os acampamentos acabam se tornando um local do lazer entre os trabalhadores de uma mesma fazenda. Observa-se, por outro lado, a apropriação desses locais por outra categoria de usuários, pessoas da cidade que conhecem e usufruem desses acampamentos, refletindo um fluxo centrífugo da cidade em direção às áreas rurais.

É provável que a percepção dos trabalhadores e dos demais usuários sobre a barranca do rio e o ato da pesca seja diferenciada conforme cada grupo ou/e que estes compartilhem algumas percepções sobre cada ponto de pesca, diferenciando, por outro lado, em alguns elementos do complexo cultural da pesca (alguns traços materiais como artefatos e instrumentos da pesca – ou traços imateriais como saberes locais, toponímias e técnicas), representações da natureza do ambiente ribeirinho (de sua fragilidade ou estabilidade) e usos diferenciados. As subjetividades de cada grupo que pratica a pesca amadora criam percepções diferenciadas de um mesmo espaço.

Não obstante, se o termo lugar possibilita acenar os elementos identitários do subjetivo (conscientes e inconscientes) presentes na relação de homens e mulheres com o espaço vivido, o termo paisagem, por sua vez, possibilita ao investigador colocar em evidência os símbolos materiais do espaço (enquanto fenômeno socialmente concebido) valorizados, menosprezados (ou simplesmente não percebidos) por um determinado grupo em um dado contexto sociocultural, ou seja, a partir da paisagem é possível estabelecer correlações entre os elementos percebidos ou não pelo pesquisador – munido de seu sistema de representações e matriz cognitiva – e os elementos percebidos e reproduzidos pelos usuários do espaço.

De acordo com Almeida (2008,p.35) a paisagem não é vista apenas como um conjunto de relações, mas sim convergência de percepções subjetivas, isto é, que a paisagem não é apenas o visível: é também tudo o que está nas entrelinhas, nos meandros, nos gestos simbólicos, nos aspectos materiais e imateriais do espaço.

As afirmações propostas por Almeida demonstram uma relação inicial de que forma a cultura possa contribuir para a consolidação do ser pescador e que, através da territorialidade as questões simbólicas e culturais fortalecem o sentimento de pertencimento. As relações do usuário com o espaço vivido são importantes à compreensão das atuais condições de depredação do Rio Pitangui – Represa de Alagados e a consequente perda da fauna piscívora nativa desse importante rio.

O uso e apropriação da paisagem fluvial têm sido tema de diversas dissertações e teses no território nacional. Poucos trabalhos destacam a relação dos



usuários da paisagem fluvial aos signos e símbolos, rituais, práticas e métodos de pesca. Em relação à pesca como entretenimento ou pesca amadora, não encontramos nenhuma pesquisa.

Na pesquisa sobre os pescadores usuários do RP-RJ, buscamos elementos para a construção de conceitos relacionados a essa temática. A dificuldade em comparar esses geossímbolos com outros trabalhos já realizados sobre o rio e seus frequentadores destaca a dificuldade teórica dessa abordagem.

Na tentativa de classificar os geossímbolos - produtos da relação pescadores e espaço -, vislumbra-se a questão da representação social relatada por Moscovici (2007, p.225) em que ancorar “é classificar e dar nome a algo”. Se atribuirmos nome ao desconhecido, podemos imaginá-lo e representá-lo. Nas palavras desse autor, quando classificamos algo, ficamos restritos a um conjunto de comportamentos e regras que determinam o que é ou não permitido ou característico em relação aos indivíduos pertencentes à determinada classe. Da mesma forma buscamos identificar qual característica, motivação ou atitude o torna distinto daquele grupo. Na verdade, é dada uma identidade social ao que não estava identificado, ajustando-o a uma representação social predominante.

Não obstante, para entender a força dessas representações como construtiva das identidades da barranca do rio se faz necessário entender se essas representações, e conseqüentemente as identidades atribuídas ao pescador-usuário, são validadas pelos demais usuários do rio. Todos os indivíduos possuem uma mesma percepção sobre seu espaço de atuação? Como captar os diferentes modos de percepção “*da*” em relação “*à*” paisagem pelas pessoas em seu cotidiano é um elemento importante no aprofundamento das questões sobre as dinâmicas socioambientais em um território.

Partindo-se da constatação que não há nenhuma comunidade tradicional ao longo do RP-RJ, salvo as localidades rurais do Lago e de Catanduva (município de Carambeí), os demais moradores ao longo das margens do Pitanguí são trabalhadores residentes em fazendas. Mesmo na área urbana de Ponta Grossa existem poucas residências próximas ao rio. Assim, não há como se atribuir o conceito de conhecimentos tradicionais aos pescadores usuários do RP-RJ. O que existe é um conjunto comum de signos e símbolos, práticas e artefatos produzidos ao longo do rio. Os pescadores individuais ou grupos de pescadores usam o rio como espaço de lazer e de pesca e confeccionam diversos artefatos, aqui registrados por técnica fotográfica. Observou-se *in*



loco que esses artefatos têm características semelhantes e/ou particulares em toda a área de pesquisa. Um dos objetivos desse artigo é descrever esses artefatos de pesca.

PAISAGENS DO RIO PITANGUI - ALAGADOS: ASPECTOS REGIONAIS, LOCAIS E HISTÓRICOS DE OCUPAÇÃO

A cidade de Ponta Grossa, com uma população de cerca de 305.000 habitantes, com carência infraestrutura em vários aspectos sociais, é também muito carente de infraestrutura básica na área de lazer. Somada a isso, temos as populações dos dois municípios próximos – Carambeí (18.950 hab.) e Castro (66.033 hab.) – que apresentam os mesmos problemas citados. Para onde ir quando se fala em lazer? Poucas são as opções, com destaque para o Parque de Vila Velha, Lagoa Dourada e Furnas, agora com restrições de entrada. Também o Canyon de Guartelá e nada mais. Assim, fica evidente que os rios tornam-se a única opção de lazer nos finais de semana, feriados e temporadas de férias. Os locais de maior afluxo acabam sendo as margens do rio Tibagi e afluentes, os balneários do Rio Verde e Capão da Onça e do Rio São Jorge e Rio São João. Também e, principalmente, o afluxo para a região da represa de Alagados com uma infraestrutura precária acaba atraindo a maior parte dessa população em busca de entretenimento no contato com a natureza. A proximidade do centro de Ponta Grossa – cerca de 20 km por estrada de terra, percurso igual da área de Carambeí, por uma estrada asfaltada, e um pouco mais distante de Castro possibilita o fácil acesso e uso dos locais de lazer disponíveis. Na Represa de Alagados podem-se citar os dois lates Clubes - áreas particulares e com acesso restrito, dois camping particulares – o de Genésio Nadal e de Nelson Nadal e outros pontos mais frequentados, como a Ponte Preta, a Serraria, as Manilhas do Jotuba e a localidade Ronca Porco. Os demais locais, com acesso por essa via vicinal, pela estrada que dá acesso às usinas Pitanguí, São Jorge e Estação de Captação de Águas de Alagados e pelo leito lateral da via férrea demandam um afluxo menor de pessoas, a maioria fazendo esse percurso a pé, de bicicleta, motos e esporadicamente de carro quando os usuários têm acesso à chave dos portões, mantidos trancados por particulares e por empregados da Copel e da Sanepar, concessionárias de águas e energia.

Durante observações na elaboração do projeto e em outras atividades particulares se constata que a principal ocupação de lazer na Represa de Alagados e em grande parte das margens do Pitanguí-Jotuba e afluentes é a pesca de lazer típica, feita



com vara simples com linha e anzol, vara e molinete, com destaque para algumas práticas de pesca, tais como a pesca de “batida” na captura de traíras (*Hoplias malabaricus*) e a pesca de lambaris (*Astyanax Fasciatus*) com cestinha e quirera. Outras práticas comuns às margens da Represa e dos rios que compõem a bacia do Pitanguí serão mais bem detalhadas na elaboração da dissertação de mestrado.

O que se propõe nesse artigo como objetivo principal é apresentar uma descrição preliminar de uma forma particular de pesca como lazer, praticada por residentes e trabalhadores em fazendas, muitas delas baseadas em acampamentos fixos ou temporários no alto curso dos rios Pitanguí e Jotuba. Observou-se que essa prática é única e característica dessa área dos cursos superiores desses dois rios, com maior número de acampamentos e pontos de acesso e de pesca nas margens do rio Pitanguí (em número de 19) e, de 2 acampamentos e 5 pontos de pesca no rio Jotuba. Em todos esses locais foram marcadas as coordenadas geográficas com aparelho GPS Garmim Etrex Legend H.

A área de pesquisa engloba parte dos municípios de Ponta Grossa, Castro e Carambeí, no estado do Paraná, com uma extensão territorial de cerca de 380 Km², com as coordenadas geográficas 24°52' a 25°05' de latitude S e 49°46' a 50°06' de longitude W de Greenwich, e pelas coordenadas UTM - Projeção Universal Transversa de Mercator 592.000 a 624.000 e 7.226.300 a 7.249.800. (figura 1). Possuem, resumidamente, algumas características naturais que a tornam singular em relação às demais bacias dos municípios em questão.

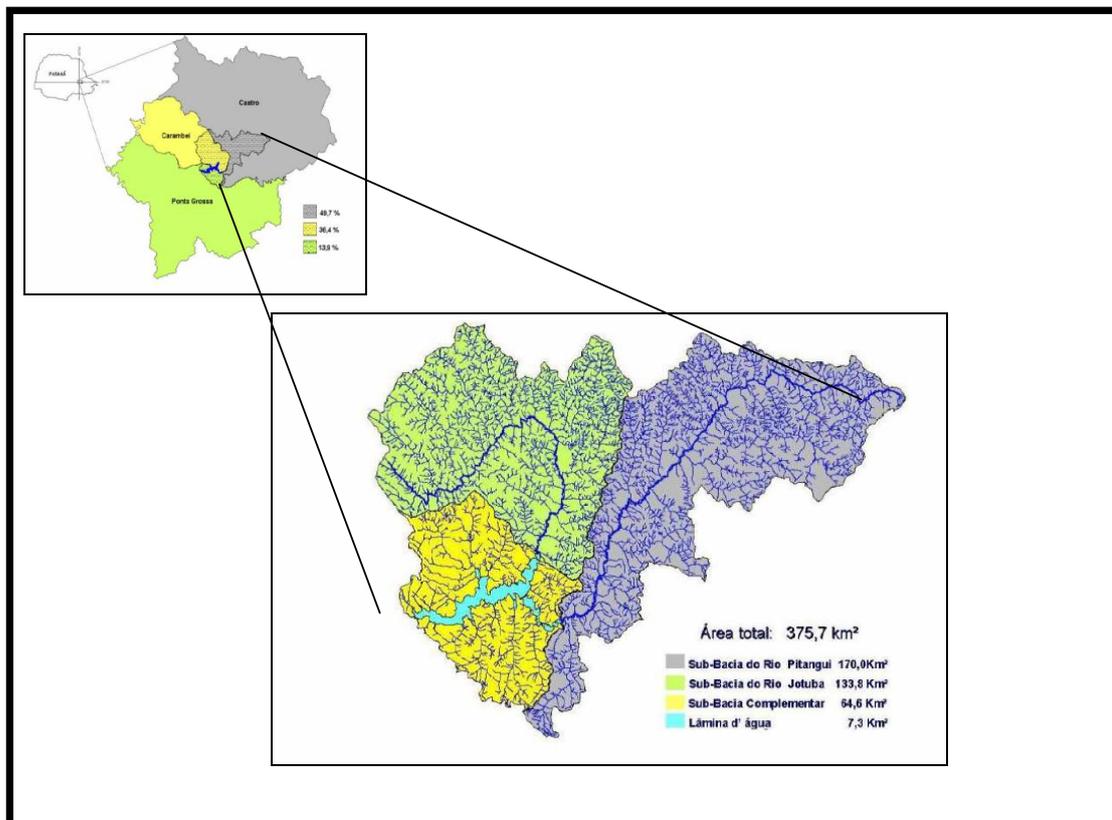


FIGURA 1: BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PITANGUI
 FONTE DE DADOS: PILLATI (2007)

A ocupação das terras que margeiam o rio Pitangui data do início do século XVIII, pela distribuição de terras na forma das Sesmarias para atividades de pecuária. Com destaque para a constituição da Fazenda Santa Bárbara que mais tarde foi doada aos Padres da Companhia de Jesus por José de Góis e Moraes, filho do Capitão-mor Pedro Taques de Almeida, proprietários destas e dos vales do rio Verde e Tibagi, desde 1704 (CHAMMA, 1988). Durante os séculos seguintes, a pecuária foi a única e principal atividade econômica das margens do rio Pitangui.

O crescimento urbano da cidade de Ponta Grossa levou à necessidade do aproveitamento e captação das águas do rio Pitangui, através da captação na Represa de Alagados nas décadas de 1960/1970, com a criação do Serviço de Águas e Saneamento de Ponta Grossa (SASPG), administrado diretamente pela Prefeitura Municipal. Esse projeto de captação foi inaugurado em 13/11/1970, com o objetivo de explorar as águas do Rio Pitangui, represadas pela barragem do Sumidouro, com capacidade inicial de adução de 350L/s. Punha-se em prática a iniciativa de captar a água da Represa de Alagados – Projeto Alagados.



Em 1985 o sistema de captação foi ampliado com criação da ETA (estação de Tratamento de Águas) do Rio Pitangui (à jusante da Represa dos Alagados), tendo agora outros 550L/s no sistema de captação (De Julio, 2010). Mais recentemente, em 2008, a SANEPAR dotou esse sistema de captação de um processo de tratamento da água que atende os padrões de consumo mundiais.

Em relação aos aspectos naturais da Bacia do Pitangui-Alagados, incluem-se uma geologia caracterizada por dois grandes domínios geológicos do Estado, ou seja, a Bacia do Paraná e o seu embasamento. A porção superior da Bacia do Pitangui (Rio Jotuba e Pitangui) está assentada em rochas do Complexo Granítico Cunhaporanga e dos grupos Itaiacoca e Castro (abrangendo menores porções). Do curso médio (incluindo o reservatório e todo o curso inferior do Pitangui) até a sua foz no rio Tibagi, a bacia está assentada sobre rochas da Bacia do Paraná, onde o leito do Pitangui e a maior parte de sua margem direita estão assentados sobre a Formação Furnas, enquanto que na margem esquerda têm-se as formações Furnas e Ponta Grossa e o Grupo Itararé (GEALH, MELO e MORO, 2010) .

O relevo da bacia é composto por paisagens do Primeiro Planalto (cursos superiores do Rio Jotuba e rio São João), já a maior parte da Bacia do Pitangui-Alagados – cerca de dois terços – estão situados no relevo de transição da Escarpa devoniana e do Segundo Planalto do Estado do Paraná.

A área da bacia situada no Primeiro Planalto, objeto de pesquisa desse artigo, possui uma feição fisiográfica determinada por diferentes tipos de rochas e de estruturas geológicas, tais como falhas e fraturas, com grande diversidade de formas e tamanhos.

A transição do Primeiro Planalto para o Segundo Planalto é marcada pela Escarpa Devoniana. Nessa escarpa encontra-se o “sumidouro”, com a barragem dos Alagados. Esse relevo de transição é marcado por topos aplainados e vales encaixados com falhas e fraturas geológicas constituindo os Cânions (GEALH, MELO e MORO, 2010)

A hidrografia da Bacia do Pitangui-Alagados é marcada por uma assimetria, determinada pela complexidade morfológica da área, o marcante controle estrutural geológico de direcionamento noroeste-sudeste e nordeste-sudoeste, pela litologia e por seu relevo associado do Primeiro Planalto, entre outros fatores. Os principais afluentes da margem direita são os arroios Silvino e Tamanduá, o rio São João, o arroio Areião e o rio Jotuba. Os afluentes da margem esquerda, da jusante para a montante, são os rios Congonhas, Verde e São Jorge e o ribeirão do Butiá.



Os solos e a sua distribuição na bacia estão associados ao relevo e às unidades rochosas presentes. Na área correspondente ao Primeiro Planalto predominam solos háplicos a húmicos, com a ocorrência, também, de organossolos ao longo das planícies fluviais (EMBRAPA, 2002). Na porção da área correspondente à transição do Primeiro para o Segundo Planalto os solos são caracterizados como cambissolos e neossolos litólicos, sendo este último associado aos arenitos da Formação Furnas, sendo solos rasos arenosos e suscetíveis aos processos arenosos, (GEALH, MELO e MORO 2010).

No restante da bacia, porção correspondente ao Segundo Planalto, predominam os latossolos vermelhos e vermelho-amarelos, relacionados ao relevo mais suavizado e os tipos litológicos da Formação Ponta Grossa e Grupo Itararé (GEALH, MELO e MORO, 2010) .

De acordo com GEALH, MELO e MORO (2010), As paisagens naturais da Bacia Pitangui-Alagados são caracterizadas por Formações Campestres, áreas de Várzeas e Matas Ripárias; Floresta com Araucária e áreas de Ecotóno Campos-Floresta.

A PESCA AMADORA – ALGUMAS CONCEITUAÇÕES

A Pesca como atividade humana é antiga e se fez presente em todo o decurso da história humana. Diversos documentos históricos comprovam essa prática através de desenhos, pinturas e descrições escritas.

Nas várias conceituações de pesca como atividade humana há a separação clara entre a atividade pesqueira, enquanto atividade de artesanal subsistência e/ou econômica como prática de lazer. Falta nessa categorização uma distinção mais objetiva da pesca amadora, separando-se da pesca de lazer ou turística.

Segundo o dicionário Aurélio (p. 595), a pesca “é o ato ou efeito de pescar, e o termo amador refere-se a ‘apreciar’”. Em outros dicionários o termo pesca associa-se à idéia de ato ou à arte de pescar. Já o termo amador refere-se a quem se dedica a uma arte ou esporte por prazer, sem fazer deles um meio de vida.

O Ministério da Pesca e da Aquicultura (2010) define a pesca como “toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros, tanto em águas continentais, quanto em águas marinhas”.

Sobre a atividade da pesca em vigor, a Lei da Pesca (Lei no 11.959, de 29 de junho de 2009), dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável



da Aquicultura e da Pesca. Além da conceituação da pesca em suas várias modalidades, dispõe ainda sobre as águas interiores como sendo:

[...] os rios, bacias, ribeirões, lagos, lagoas, açudes ou quaisquer depósitos de água não marinha, naturais ou artificiais, e os canais que não tenham ligação com o mar, e caracterizando o pescador amador como 'a pessoa física, brasileira ou estrangeira, que, licenciada pela autoridade competente, pratica a pesca sem fins econômicos.

No I Encontro Nacional sobre a Pesca Amadora (2010) tem-se a definição de pesca amadora como sendo a “atividade de natureza não comercial, a qual se caracteriza por hobby ou esporte, onde o praticante não depende desta atividade para sobreviver, ou seja, a pesca é praticada como atividade lúdica, com objetivo de recreação”.

Em seu Art. 8º, a LEI Nº 11.958, DE 26 DE JUNHO DE 2009 (Nova Lei da Pesca) classifica a Pesca Amadora “quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto”.

Segundo o CONAPE (2010) os primeiros registros da pesca amadora no Brasil remontam ao ano de 1863, quando ‘Couto Magalhães faz menção à pesca não apenas como fonte de alimento, mas também como atividade de lazer e recreação em seu livro Viagem ao Araguaia’.

Cita ainda que, como marco legal a primeira norma que tratou a pesca amadora foi o “Código da Pesca” instituído pelo Decreto nº 23.672, de 2 de Janeiro de 1934, onde descreve pela primeira vez as regulamentações específicas tais como o registro do pescador amador e a proibição da comercialização do pescado capturado nessa categoria. Atualmente as principais Leis e Normas Legais que regem a pesca amadora, segundo o MPA (2012) são:

- Lei nº 11.958 de 26/6/2009, que cria e transfere para o âmbito do MPA o ordenamento da Pesca Amadora.
- Instrução Normativa nº 1 de 28/08/2009, que estabelece os procedimentos para a realização de torneios e competições de pesca.
- Portaria IBAMA nº 4 de 19/03/2009, que estabelece as normas gerais para exercício da atividade da Pesca Amadora.
- Portaria IBAMA nº 39 de 12/8/2003, que aprova os formulários de Licença da Pesca Amadora e da Carteira de Identificação do Pescador Amador, Classe Permanente e Especial, e a taxa da Licença para a Pesca Amadora.



O MPA legisla ainda, em relação aos peixes esportivos, áreas de pesca, licenciamento, autorizações para torneios de pesca, normas para a pesca entre outros temas relacionados à Pesca Amadora. No âmbito da pesquisa, a maioria dos pescadores contatados pratica a pesca de forma exclusivamente amadora. Mesmo sendo residentes em fazendas, trabalhadores ou produtores rurais, nenhum deles relatou fazer da pesca uma atividade de subsistência. O ato de pesca é exclusivamente fonte de lazer. Assim, de acordo com a legislação nacional vigente, todos os pescadores da área de pesquisa são praticantes da pesca amadora.

Seguindo a categorização dos tipos ou modalidades da Pesca Amadora, proposta pelo MPA (2010), observa-se apenas a prática da pesca de barranco, descrita como “a modalidade mais popular no Brasil, praticada à beira de rios, lagos, lagoas ou represas, que utiliza principalmente linha de mão, caniços simples de bambu, varas com molinete ou carretilha, varas telescópicas, geralmente com iscas naturais”.

No mapeamento dos pontos de pesca observou-se que o coletivo de usuários-pescadores trabalhadores e residentes na referida área demonstra uma prática cultural que não se repete no restante da bacia do Pitangui, onde existem diversas fazendas. Assim, os conhecimentos e práticas da pesca foram herdados e configurados quase que exclusivamente nessas duas subbacias – Pitangui e Jotuba. A compreensão e tipificação desse processo cultural requerem maior aprofundamento, não sendo possível a sua realização no período de pesquisa e elaboração do presente artigo.

PRÁTICAS, TÉCNICAS E GEOSSÍMBOLOS DA PESCA AMADORA NO TRECHO PITANGUI-JOTUBA

Os materiais e técnicas de pesca percebidos nas barrancas do Rio Pitangui e seus principais afluentes, especialmente o Rio Jotuba, e nas margens da Represa de Alagados apresentam semelhanças no uso dos materiais e na caracterização do espaço nos pontos de pesca. Os materiais e as técnicas de pesca observada foram descritos com base e comparação em descrições encontradas na bibliografia da pesca artesanal, em autores como Silva (1968), Fabichak (1922), Moreira (1980) e Keizi (1997); falta na bibliografia especializada uma descrição mais técnica dos materiais da pesca de lazer.



A localização dos acampamentos (figura 1) e a análise feita a partir de observações *in loco* com registro fotográfico dos acampamentos permitiu ao autor da pesquisa a categorização desses acampamentos em permanentes, temporários e de veraneio.

Os processos e as técnicas que envolvem a organização da pesca: incluindo os locais e a organização física dos locais de pesca, podem-se destacar os apetrechos de pesca, tais como a vara e o anzol (caniço simples), a “linhada” ou “linha de mão”, com linha de monofilamento de nylon, chumbada e boia os suportes de varas – as “forquilhas”, cortadas no local e afixadas ao solo para deixar a vara em “descanso” até que o peixe puxe o anzol e seja fisgado-, “os desenroscadores de anzóis”, compostos de uma vara longa com forquilha, geralmente cortada no ponto em que o pescador encontrou um “poço bom de pesca”. Esses desenroscadores permitem que se recupere o anzol, toda vez que um “bagre” leve o material para as raízes entrelaçadas do fundo do rio. Isso é comum a todas as barrancas dos rios dessa bacia, sejam eles de fundo arenoso ou rochoso. Várias espécies que habitam esses locais costumam buscar refugio à primeira “ferrada⁵. Os caniços utilizados pelos pescadores/moradores da área rural, geralmente são confeccionados com uma vara de taquara com cerca de um metro a dois metros de comprimento, com uma ponta mais resistente ou mais flexível, dependendo da espécie a ser capturada onde se prende a linha com chumbada e anzol. A ponta do caniço e o nylon a ser utilizados serão mais finos para pesca do lambari e do acará e mais grossos para a pesca do bagre e da traíra. Na linha de nylon é colocada uma chumbada mais pesada para manter o anzol no fundo, na pesca do bagre e do acará e, mais leve, para a pesca do lambari. O uso de boias e “peninhas⁶” é mais frequente na pesca do lambari. O mesmo procedimento de montagem deste apetrecho é seguido com as varas industrializadas, sejam elas de taquara ou de materiais sintéticos, como a fibra de vidro e similares.

As observações *in loco* permitem conjecturar sobre a relação conhecimentos dos pescadores e os fatores bióticos e abióticos que determinam os conhecimentos da pesca, bem como os instrumentos e técnicas mais adaptados às condições físicas locais. As diferentes paisagens constituídas pelas diferentes litologias, tipos de solos, de vegetação e geomorfologia fluvial configuram o leito e as margens do rio Pitanguí, com variação de profundidade e largura, de vazão e velocidade de fluxo da água, de proliferação de elementos bióticos o que determina a existência de uma variada

⁵ O mesmo que fisgar o peixe ao tencionar-se a linha para a penetração do anzol na boca do peixe.

⁶ Material confeccionada pelo pescador ou adquirido em lojas de pesca, a partir de penas de aves, geralmente de patos.

fauna piscívora e, em razão desta, os conhecimentos da pesca podem ou não estar determinados por estes fatores. A observação dos apetrechos de pesca, dos objetos e acampamentos nos locais de pesca ao longo do curso do rio Pitangui possibilitam a relação paisagem-componentes bióticos e abióticos-conhecimentos dos pescadores.

Por outro lado, práticas da pesca amadora podem responder mais propriamente aos rituais do lazer do que propriamente à pesca enquanto atividade produtiva; isto é, a escolha de um local para a pesca pode muitas vezes estar associado à vocação de uma dada área em possibilitar a prática de rituais de socialização os mais diversos: ligados à alimentação, ligados à contemplação da paisagem, etc. Desse fato, a prática da pesca pode variar em sua qualificação: “amadora” ou de “lazer”. Acreditamos que a pesca amadora denote uma relação produtiva com o meio, mas não central na economia doméstica (como é o caso da pesca artesanal ou moderna, onde se tem a existência do pescador profissional), embora obrigatória: há o dever de se pescar algo, ou pelo menos tentar fazê-lo, ao passo que a modalidade “lazer” indique uma relação produtiva facultativa, e não relevante e não contabilizada na economia doméstica do grupo.

Em relação às práticas e rituais de pesca existem diversas formas e técnicas de montagens dos acampamentos e das fogueiras⁷. Os acampamentos observados (em número de 12 ver figura 02), foram categorizados como permanentes, temporários e de veraneio. Essa categorização é proposta a partir de observações in loco e de acordo com a visão do autor deste artigo.

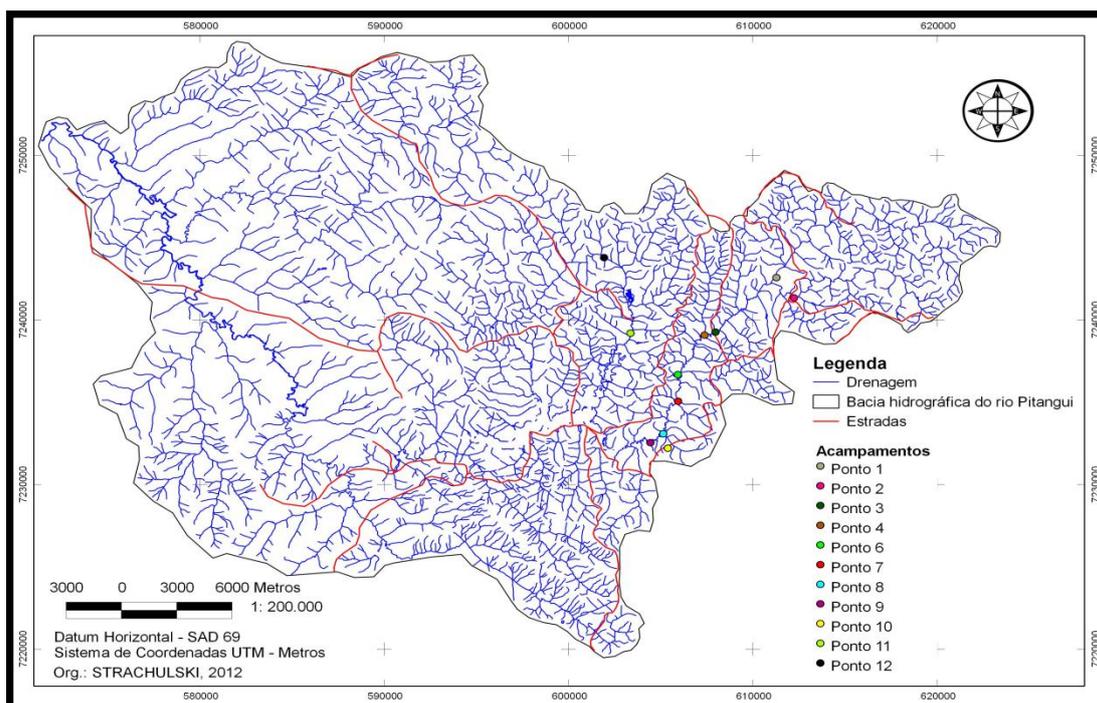


FIGURA 02- MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS ACAMPAMENTOS

S
acamp
amento

s permanentes são construídos em madeira, com estrutura geralmente feita com troncos de árvores do próprio local de construção. Tem em média entre 8 a 24 metros quadrados e estão localizados a cerca de 5 metros do leito do rio geralmente em locais de barranco mais elevado e de solo estável. Ficam em pontos de pesca marcados por barranco íngreme e quase sempre com intrusões graníticas (figura 03). Possuem portas e janelas de madeira. Contam com fogão a lenha e tem uma cobertura lateral onde são guardadas varas, redes e caixas de abelha.



FIGURA 03: MODELO DE ACAMPAMENTO PERMANENTE
AUTOR: CARLOS ROBERTO SCHEIBEL, 2012

Os acampamentos temporários são construídos com materiais diversos, sobressaindo-se geralmente, o poliuretano preto de 2 mm de espessura, usado como cobertura de implementos agrícolas ou forro de espaços de silagens nas fazendas (figura 04). Nesses acampamentos observou-se que todos os materiais usados pelos pescadores são deixados nos locais e respeitados pelos demais usuários que frequentam esses pontos de pesca. Os pescadores trazem apenas os gêneros alimentícios e as iscas que usam nas pescarias e alguns apetrechos de pesca.

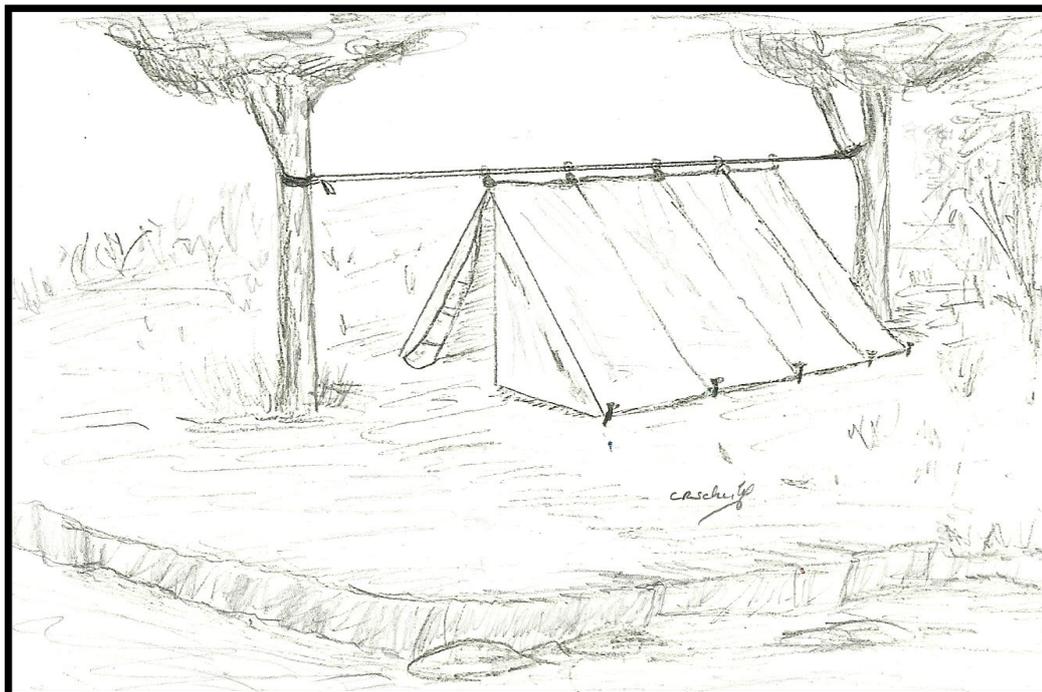


FIGURA 04: MODELO DE ACAMPAMENTO TEMPORÁRIO
AUTOR: CARLOS ROBERTO SCHEIBEL, 2012

Quanto aos acampamentos de veraneio, foi observada apenas uma ocorrência, com duas barracas de camping e uma cobertura de poliuretano preto sobre um fogão improvisado (figura05).

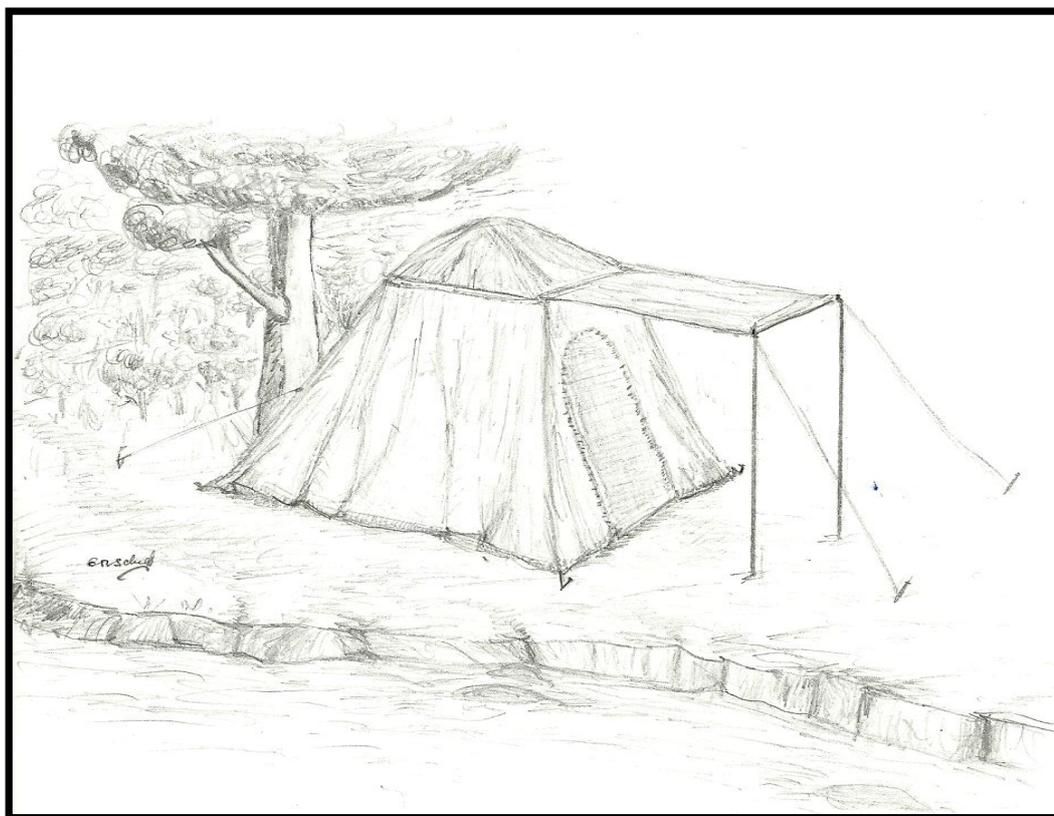


FIGURA 05: MODELO DE ACAMPAMENTO DE VERANEIO
AUTOR: CARLOS ROBERTO SCHEIBEL, 2012

A maior parte dos acampamentos observados constituem-se de materiais rústicos incluindo varas fixadas ao solo com amarras feitas por “cordas”, arames ou cordames feitos com fibras de “embira”⁸ sobre os quais coloca-se e fixa-se uma “lona”⁹, geralmente um pedaço de poliuretano usado na cobertura das safras e dos maquinários agrícolas nas fazendas. Outros acampamentos, mais elaborados, foram feitos de madeira – os chamados “ranchos de pesca”. Foram encontrados 05 acampamentos fixos e 05 temporários e um de veraneio. Alguns desses acampamentos existem há mais de 10 anos (números 06, 07 e 11). A localização desses acampamentos está representada na tabela abaixo e no mapa de localização dos acampamentos:

⁸ Planta fibrosa usada para a confecção de cordas.

⁹ Material, geralmente plástico, usado na cobertura dos acampamentos.

TABELA 01: INDICAÇÃO DAS COORDENADAS UTM E DA ALTITUDE DOS LOCAIS DE ACAMPAMENTOS

Fotos	Coordenadas UTM	Altitude
01	22 J 0611276/7242583	957m
02	22 J 0612223/7241355	963m
03	22 J 0607964/7239263	932m
04	22 J 0607366/7239090	941m (*)
05	22 J 0607366/7239090	941m (*)
06	22 J 0605927/7236692	930m
07	22 J 0605929/7235063	944m
08	22 J 0605130/7233084	923m
09	22 J 0604432/7232558	932m
10	22 J 0605372/7233217	926m
11	22 J 0603362/7239198	944m
12	22 J 0601925/7243789	951m

FONTE: AUTOR DA PESQUISA.

(*): O MESMO ACAMPAMENTO EM DOIS MOMENTOS DISTINTOS (2010-2011).

Os acampamentos 01 e 02 foram localizados na Fazenda Agropecuária 4D (Castro – PR) e foram montados com lona plástica. O primeiro encontra-se ainda em uso, e o segundo estava abandonado e parcialmente desfeito. Em ambos observou-se a existências de pedras servindo como bancos, latas de iscas, embalagens de alimentos, recipientes para iscas e lanternas feitas de lata de estanho.

O acampamento 03 foi fotografado no final de 2010. Na última visita, em dezembro de 2011, já havia sido desfeito, restando alguns suportes usados na sua confecção.

As fotos 04 e 05 mostram o mesmo acampamento, sendo a 04 uma reconstrução do acampamento anterior. Esse acampamento existe há cerca de 3 anos.

Os acampamentos 06 e 07 são os de mais antiga ocupação, sendo que segundo o proprietário, “seu Dorico”, o acampamento 07 existe no local há mais de 15 anos, enquanto que o acampamento 06, da família Kingeski foi construído há mais de 10 anos. Os acampamentos 08, 09 e 10 são temporários.

Interessante destacar que a montagem e organização do acampamento 10, feito por usuários com laços de parentesco com os moradores locais, assemelha-se aos demais acampamentos analisados. Em um ponto mais alto das margens do rio



Pitangui foram montadas duas barracas para camping e um pouco afastadas e confeccionadas com plástico do tipo polietileno (PEBD) de coloração preta e com espessura de 0,18 mm. Nesta cobertura faz-se a fogueira e são organizados a “trilha da pescaria”, recipientes, panelas e gêneros alimentícios, bem como a roupa molhada, posta a secar ao lado do fogo, em varas fixadas ao solo. Essa cobertura serve também para manter o fogo aceso e protegido das intempéries e ponto de socialização durante as refeições. Superada a desconfiança inicial quanto à pesquisa, ao pesquisador foi servido um café forte e, sob este abrigo, a conversa sobre pescaria estendeu-se por cerca de uma hora. A permissão para as fotos e o preenchimento do formulário de pesquisa permitiu a coleta de informações relevantes à pesquisa.

No rio Jotuba foram localizados apenas dois acampamentos fixos (11 e 12), ambos com características semelhantes aos observados às margens do Pitangui. Nos locais dos acampamentos geralmente se produz uma pequena clareira para montá-los e para a fogueira, onde se assa carne e outros alimentos, que podem incluir os peixes maiores! Nos acampamentos mais rústicos, a elaboração da lanterna para revista de linhadas armadas, pode ser confeccionada com “latas de estanho¹⁰” dentro das quais se fixa uma vela após a abertura de um buraco (campo de projeção da luz). As paredes metálicas internas refletem a luz da vela projetando um fecho de luz, suficiente para a visualização dos “carreiros”¹¹ e para a movimentação nas margens do rio à noite na revista das linhadas.

Nos acampamentos com ou sem cobertura tem-se como indícios de alimentação pelos restos de embalagens de salame e salsicha, as sacolas de mercado que geralmente são trazidas e descartadas. Nelas traz-se o pão para o sanduíche com salame ou com bananas. Todos os alimentos são de rápida elaboração/preparo. Também, em alguns pontos de pesca, os poços ou pocinhos, observam-se os materiais usados para a manutenção das iscas, que são constituídos de latas e embalagens plásticas variadas.

Nos locais em que os pescadores passam uma ou duas noites observa-se a existência de panelas para o preparo de arroz, feijão e um cozido de verduras com carne além do café, que em alguns casos pode ser feito sem coador, onde o pó é adicionado diretamente na água fervente e decantado com uma “brasa” retirada do fogo e jogada diretamente no recipiente com a água em fervura.

¹⁰ O **estanho** é usado como revestimento para **latas** de conservas porque é um metal mais resistente ao ataque da água. É o material que nós chamamos de **lata**.

¹¹ Trilhas feitas na movimentação ao longo das margens, de um ponto de pesca a outro.



Algumas fogueiras são montadas com o intuito de preparar a alimentação e também como forma de produzir fumaça para espantar os “borrachudos¹²” e pernilongos, comuns às áreas úmidas e cobertas de vegetação. Em algumas delas observam-se montagens de quatro pequenas forquilhas que servem de suporte onde são colocadas duas varas que mantêm os espetos na altura correta para a carne ser assada. Colocam-se pedras ou tocos mais grossos ao lado das fogueiras como quebra vento e direcionador das temperaturas.

Os acampamentos em locais permanentes nos que o pescador tem autorização do proprietário para acampar, os materiais observados englobam churrasqueiras de tijolos, bancos, mesas, fogões e estrados de madeira que servem como camas. Normalmente usa-se uma enxada ou cortadeira para escavar e encontrar a isca mais comum de pesca nesses locais, a minhoca e também o minhocuçu ou minhocão do banhado. Este é maior e de textura mais resistente ao ataque dos peixes, permanecendo por mais tempo e impedindo que os lagostins e caranguejos de água doce, “os carniceiros do rio”, retirem rapidamente a isca do anzol na linhada, atrapalhando a pescaria.

Outro símbolo característico aos locais de pesca é a existência das “pinguelas”¹³, que se constituem em varas ou troncos colocados sobre as “valetas” e “sangas¹⁴” para a transposição desses locais, geralmente de pouca profundidade, mas que impede o deslocamento para os demais pontos de pesca ao longo do rio.

A maior parte desses materiais foi descrita *in loco* pela percepção do investigador dessa pesquisa e ilustrados por técnica fotográfica. São descritos as práticas, os conhecimentos e símbolos dos grupos que frequentam (usam e/ou de apropriam) da paisagem fluvial do Rio Pitangui e do Rio Jotuva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação e a análise nos pontos de pesca permite detalhar algumas situações:

- Os pescadores amadores que frequentam os acampamentos no rio Pitangui e no rio Jotuba são, na maioria dos casos, residentes nas fazendas (trabalhadores ou proprietários), com profissões ligadas ao trabalho agrícola: agricultores,

¹² Os **borrachudos** ou pium são dípteros pertencentes à família Simuliidae.

¹³ Ponte improvisada com troncos, sem proteção e estreita.

¹⁴ Pequeno riacho, córrego, com nascente própria e que geralmente deságua em rios ou lagos.



pecuaristas e trabalhadores braçais. Apenas em um acampamento observado – e veraneio, os pescadores residiam em Ponta Grossa.

- Na conceituação entre pesca e profissional e pesca amadora e de acordo com a Lei no 11.959, de 29 de junho de 2009, em seu artigo 8º, a pesca comercial artesanal, é a modalidade praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte, fato que não se observou na área de pesquisa. Em relação a pesca amadora e de lazer, não há diferenciação, tendo-se um mesmo conceito para ambas, caracterizadas como *hobby* ou esporte, em que o praticante não depende desta atividade para sobreviver, isto é, a pesca é praticada como atividade lúdica, com objetivo de recreação. Assim, a pesca observada nas subbacias Pitangui-Jotuba é exclusivamente amadora, ou seja, praticada por moradores da região, com instrumentos simples e destinada ao lazer. Os peixes obtidos são consumidos pelos pescadores e familiares, esporadicamente complementando a dieta das famílias, sem se constituir em atividade de subsistência.

- Na maioria dos pontos de pesca e dos acampamentos observados a prática da pesca se resume ao uso de varas de taquara, linha, chumbada e anzol e de varas com molinete. Em alguns pontos observou-se o uso de redes de pesca. As espécies mais capturadas são o lambari o acará e o bagre. Em um acampamento foi relatado pelo proprietário à pesca de carpas.

- Os acampamentos observados durante essa fase inicial da pesquisa – em número de onze - foram categorizados em permanentes, temporários e de veraneio. Sendo cinco permanentes (três no Pitangui e dois no Jotuba), cinco temporários (todos no Pitangui) e apenas um de veraneio, também no Pitangui. Não foi observado durante a pesquisa acampamento de veraneio na localidade de Ronca Porco, sendo este local frequentemente usado por pescadores não residentes de origem urbana, proprietários de casas de veraneio às proximidades deste local. Esta categoria de pescadores utilizam geralmente barracas de camping desmontáveis.

- Como geossímbolos e/ou materiais característicos dos acampamentos e dos pontos de pesca, observou-se o uso de forquilhas de árvores usadas como suportes de varas, varas longas com forquilhas nas pontas usadas como desenroscadores de anzóis; lanternas feitas de latas de estanho com projeção de luz pela queima de velas; lampiões feitos de latas/vidros tendo o óleo diesel como combustível da mecha; fogueiras com várias configurações de montagem; tubos com estopa embebida em óleo diesel para produção de fumaça como repelentes de insetos; pinguelas para



transposição de pequenas valas ou valetas de córregos marginais entre outros. Esses utensílios indicam uma prática (rituais) de sociabilização entre os usuários da barranca do rio. O ritual de se acender a fogueira deve ser entendido como um símbolo de reciprocidade entre os pescadores.

- O aprofundamento da pesquisa aponta para a necessidade de um maior detalhamento das práticas e dos geossímbolos observados, como uma melhor descrição e categorização dos acampamentos. Também se fará necessário o uso de técnicas e instrumentais diversificados para a captação das representações/percepções ambientais dos pescadores que frequentam os pontos de pesca e dos acampamentos relacionando-se o ato da pesca ao conhecimento dos ambientes piscosos e das espécies capturadas, o conhecimento dos lugares de pesca (amadora ou de lazer, ou ambas) em seus componentes bióticos e abióticos.

REFERENCIAS

AGIER, M. **Lugares e redes: as mediações da cultura urbana**. In: NIEMEYER, A. M. e GODOI, E. P. (orgs.) Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas, Mercado das Letras, 1998, p. 41-64.

ALMEIDA, A.P. **A percepção da paisagem urbana de Santa Maria/RS e os sentimentos de topofilia e topofobia de seus moradores**. Dissertação de Mestrado – UFSM, Santa Maria-RS, 2007, 118 p.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1993.

BAUMAN, Z. **Modernidad líquida**. 6. ed., Buenos Aires: Grafimor S. A., Fondo de Cultura Económica, 2002. 260p.

BEGOSSI, A. Org.; participantes, LEME, A.[et al.] **Ecologia dos pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec: Nepam/Unicamp: Nupaub/USP: FAPESP, 2004.

CHAMMA, G.V.F. **Ponta Grossa: o povo a cidade e o poder**. Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 1988.

CONAPE. **1º Encontro Nacional da Pesca Amadora** – Construindo a política da Pesca Amadora - Documento Final do Encontro. MPA. Brasília – 01 e 02 de setembro de 2010. Disponível em:< <http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/pesca/docs/ENPA%20>>. Acessado em 21/01/2010.

DE JULIO, M. et ali. **Evolução histórica do sistema de abastecimento de água do município de Ponta Grossa/PR**. Revista de Engenharia e Tecnologia. V. 2, No. 2, Ago/2010.



FERRARA L. D. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

_____. Supraorgânico na Geografia Cultural Americana. In.: **Revista Espaço e Cultura** – nº 13 – dezembro de 1996. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC – Semestral; jan./jun. de 2002; p.7-27;

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: **Levantamento semidetalhado de solos**: município de Carambeí – Estado do Paraná. Escala 1:100.000. Rio de Janeiro: EMBRAPA, 2002^a., in (GEALH, MELO e MORO, 2010) .

<http://www.revistaret.com.br/ojs-2.2.3/index.php/ret/article/viewFile/32/70> (ETAs Pitangui)

FABICHAK, I. **Aprenda a pescar**. Nobel, São Paulo – SP, 1923, 112 p.

KEIZI, M. **Vamos pescar?** Nova Sampa. Itapevi – SP, 1997, 98 p.

MINISTÉRIO DA PESCA E DA AQUICULTURA. Pesca – **Pesca Amadora: perguntas frequentes**. MPA, 2012. Disponível em:< <http://www.mpa.gov.br/#pesca/perguntas-frequentes>>. Acessado em 02/01/2012.

MOREIRA, C. **Os fundamentos na pesca de linha**. Editora TecnoPrint S.A., Rio de Janeiro-RJ, 1980, 85 p.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigação em psicologia social. (Tradução Pedrinho A. Guareschi) 5 ed. Petrópolis –RJ: Vozes, 2007.

PILATTI, F. **Recuperação ambiental em micro bacia do rio Tibagi – Alagados**. IX Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. Foz do Iguaçu -23 a 27 de outubro de 2007. Disponível em:< <http://www.rebob.org.br/ENCBH/25outubro/Sala05/01PR22Alagados-Foz.pdf>>. Acessado em 10/01/2012.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **LEI Nº 11.959, de 29 de Junho de 2009**. In: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007.../2009/Lei/L11959.htm, acessado em 26/01/2012.

SANTOS, Milton. O lugar e o Cotidiano. In: SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 2. Ed., São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 251-263.

SILVA, O. W. **A pesca em rios e lagoas do Brasil**. Forense, Rio de Janeiro, 1968, 117 p.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia - Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980. 290p.